



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL
Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 23 - Bairro Parque dos Poderes - CEP 79037-100 - Campo Grande - MS -
<http://www.tre-ms.jus.br>

PROCESSO : 0004228-37.2020.6.12.8000

INTERESSADO : COORDENADORIA DE RECURSOS MATERIAIS

ASSUNTO : ANÁLISE DO PREGOEIRO - PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO

Decisão nº 5 / 2020 - TRE/PREGOEIRO

Tratam os autos da aquisição de impressos (lista de candidatos) a serem utilizadas nos Pleitos Eleitorais de 2020.

Registra-se que a sessão pública está marcada para o dia 13/07/2020 às 14 horas (horário de Brasília), a ser realizada no sítio do Comprasnet.

Em 07/07/2020, foi recebida a mensagem eletrônica enviada pela empresa MARINA ARTES GRÁFICAS, a partir de agora denominada impugnante, a qual se encontra encartada aos autos do Pregão 21/2020, que em síntese trata da exigência de a contratada possuir sede ou filial neste município.

Quanto à tempestividade da impugnação, vê-se que foi atendido o prazo fixado na cláusula 16.1 do Edital, considerando, conforme já citado, que a data da sessão pública está marcada para o dia 13/07/2020.

16.1. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, mediante envio de impugnação através de correio-eletrônico, para o endereço pregoeiro@tre-ms.jus.br, com cópia para pregoeirotrems@gmail.com.

Da impugnação

Conforme já exposto acima, de modo sucinto, se trata de pedido de alteração da cláusula 3.9 do Edital, em vista da exigência de que a contratada possua sede ou filial em Campo Grande/MS.

De acordo com a impugnante, tal exigência não constou em licitações anteriores deste órgão, bem como não há justificativa no instrumento convocatório para tal exigência.

Exigência da empresa possuir sede ou filial em Campo Grande

Conforme já citado nesta informação os materiais objeto desta licitação serão utilizados nas Eleições Municipais de 2020 e, em razão da verificação da ocorrência de diversos obstáculos na escorreita execução do fornecimento em contratações anteriores realizadas pelo TRE/MS, principalmente no que tange à constatação de demasiados atrasos

na entrega dos materiais, constou como condição para aceitação da proposta, a comprovação de a empresa possuir sede ou filial no município de Campo Grande/MS.

3.9. Nos termos da Cláusula 3 do Capítulo I do Termo de Referência, a licitante, para ser declarada vencedora para o item 01 deverá possuir sede ou filial no município de Campo Grande/MS.

3.9.1. A comprovação de atendimento às exigências da cláusula 3 será condição para aceitação da proposta, nos termos do Capítulo 9 do edital, e consistirá na verificação do endereço da empresa em consulta ao SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores, disponível no site do Comprasnet (www.comprasgovernamentais.gov.br).

3.9.2. A critério do Pregoeiro e/ou da unidade demandante, poderá ser solicitada a apresentação de contrato social, alvará de funcionamento ou outro documento que indique estar a empresa, ou sua filial, instalada no município de Campo Grande, facultada ao TRE/MS a realização de visita ao local indicado para verificação das instalações da empresa, principalmente no que tange à existência de parque gráfico.

Conforme disciplinado na Cláusula 9, tal verificação será realizada pelo Pregoeiro em consulta ao SICAF, havendo, ainda, a possibilidade de realização de diligências ou visita ao local das instalações.

Cumpre registrar que na aquisição dos impressos para as Eleições/2010, este Tribunal teve problemas no recebimento dos materiais, conforme relatado abaixo:

“Ressalta-se que nos Pleitos Eleitorais de 2010 os formulários necessários à realização dos trabalhos foram adquiridos através de Pregão, em sua forma eletrônica, havendo na ocasião a possibilidade de participação de empresas sediadas em quaisquer das unidades da federação.

Tal situação ocasionou diversos contratemplos à Administração, em vista da ocorrência de atrasos na entrega ocasionados pelos fornecedores e/ou pelas transportadoras incumbidas do fornecimento do material.

Importante se faz ainda salientar que a licitante vencedora para o Grupo 13 do Pregão nº 18/2010, responsável pelo fornecimento dos bottons auto-adesivos a serem utilizados nos dois turnos dos Pleitos Eleitorais de empresa sediada no estado do Paraná, simplesmente se negou a fornecer o material requisitado.

Tal situação ensejou a necessidade de contratação emergencial de empresa local para proceder ao fornecimento dos bottons adesivos (Processo Administrativo nº 262/2010), restando enquadrada a despesa com fulcro no inciso IV do art. 24 da Lei nº 8.666/93.

Também não pode ser olvidada a existência de Decreto Estadual nº 13.162, de 27 de abril de 2011, que prevê cobrança suplementar de ICMS de produtos oriundos de outros estados da Federação.

Em decorrência da mencionada legislação, percebeu-se a ocorrência de aleatórias retenções realizadas pela Secretaria Estadual de Fazenda de materiais adquiridos pelo TRE/MS através

de Pregões Eletrônicos, retenções estas de demandam a atuação da Secretaria de Administração e Finanças junto ao órgão fiscal competente e ocasionam invariavelmente atrasos nos efetivos recebimentos dos produtos.

A ocorrência fortuita da retenção dos impressos destinados à realização das Eleições poderia ocasionar severos prejuízos para o TRE, principalmente com relação aos materiais destinados ao eventual segundo turno dos Pleitos Eleitorais, em vista do exíguo lapso temporal existente entre a confirmação do Pleito e a sua efetiva realização.”

A Lista de Candidatos é impresso obrigatório, prevista na Resolução nº 23.611 do TSE, que dispõe sobre os atos gerais do processo eleitoral para as Eleições 2020, portanto, não é discricionário para o TRE/MS não utilizar a listagem, seja pela não entrega do material por parte da contratada, seja por entrega de material com erro de grafia em nomes dos candidatos a Prefeito.

A partir dos problemas relatados, especificamente para os impressos de Eleição, este Tribunal passou a adotar alguns procedimentos, entre eles, no caso específico das listas de candidatos passamos a exigir que a contratada possua sede ou filial no município de Campo Grande/MS.

Tal procedimento já foi adotado nos seguintes Pregões:

Pregão **11/2014** - <http://www.tre-ms.jus.br/transparencia/licitacoes/pregao/pregao-2014/pregao-11-2014>

Pregão **13/2016** <http://www.tre-ms.jus.br/transparencia/licitacoes/pregao/pregao-2016/pregao-13-2016>

Pregão **10/2018** <http://www.tre-ms.jus.br/transparencia/licitacoes/pregao/pregao-2018/pregao-10-2018>

Pregão **17/2020** <http://www.tre-ms.jus.br/transparencia/licitacoes/pregao/pregao-2020/pregao-17-2020>

Pregão **07/2020** <http://www.tre-ms.jus.br/transparencia/licitacoes/pregao/pregao-2020/pregao-7-2020>

Com relação à alegação a justificativa para tal exigência, ela pode ser verificada no Capítulo I do Termo de Referência, de todos os pregões citados acima, bem como do Pregão 21/2020, transcrito abaixo:

3. Para esta licitação somente poderão participar empresas que possuam parque gráfico e sede/filial no município de Campo Grande, conforme disciplinado abaixo:

3.1. Item 01 - Em razão do curto prazo existente entre o fechamento do sistema de candidaturas (meados de setembro), da complexidade da elaboração do formulário e da necessidade da aprovação prévia dos modelos a serem impressos por servidor lotado na Secretaria Judiciária do TRE/MS, para este item será admitida apenas a participação de empresas que possuam parque gráfico e sede/filial em Campo Grande/MS.

3.2. A exigência de a empresa possuir parque gráfico e sede/filial no município de Campo Grande/MS, também se deve a outras características da presente contratação, em especial no que se refere à:

a) necessidade de contato entre o fiscal da contratação e a empresa para entrega pelo TRE/MS da arte a ser impressa, em especial quando esta não estiver em meio digital, entrega de prova por parte da empresa, bem como para esclarecimentos/ajustes da arte e formato do material a ser impresso, situações estas que restariam mais complexas caso a empresa estivesse localizada em outra unidade da federação/municipalidade e o contato tivesse de ser realizado por telefone, correio ou internet, além de implicar em custos e tempo adicionais; e

b) eventualidade da necessidade de acompanhamento direto pelo fiscal, e em alguns casos *in loco*, da produção dos impressos, de modo que não ocorram atrasos na entrega dos materiais.

4. Em razão da ausência de termo contratual (na medida em que a aquisição será imediata, mediante a emissão da respectiva nota de empenho), a comprovação de atendimento às exigências da cláusula 3 será condição para aceitação da proposta, nos termos do Capítulo 9 do edital, e consistirá na verificação do endereço da empresa em consulta ao SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores, disponível no site do Comprasnet (www.comprasgovernamentais.gov.br).

Cumpra registrar, que para os demais impressos a serem utilizados nesta Eleição e, adquiridos mediante o Pregão 07/2020, não consta exigência de sede ou filial no município de Campo Grande/MS, uma vez que a confecção desses materiais não está vinculada ao fechamento do sistema de candidaturas.

Registramos, por fim, que não há exigência de estrutura física mínima, portanto, conforme disciplinado na cláusula 4, Capítulo I do Termo de Referência, a verificação de que a empresa possui sede ou filial em Campo Grande, será realizada em consulta ao SICAF. A empresa deverá ter condições mínimas para imprimir os materiais, já que o contrato é personalíssimo e precisa ser executado pela própria contratada.

Considerações finais

Por todo o exposto, verifica-se que não procedem as alegações da impugnante, manifestando-se esta Pregoeira pela manutenção das condições estipuladas para a presente contratação.

Finalizada a presente informação, conforme requereu a impugnante, encaminho os autos à superior consideração de Vossa Senhoria para conhecimento da decisão desta Pregoeira e manifestação quanto ao pedido de impugnação.

Após, solicito o retorno dos autos para divulgação da decisão.

Campo Grande, MS.



Documento assinado eletronicamente por **SÔNIA APARECIDA GRANJA ANELLI, Pregoeiro**, em 08/07/2020, às 17:07, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tre-ms.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0855597** e o código CRC **C3E3B89E**.